

Deliberação CBH-AT n° 97 de 28 de julho de 2020

Aprova o parecer técnico sobre EIA/RIMA do Plano Urbanístico Fazenda Itahyê localizado nos municípios de Santana de Parnaíba e São Paulo.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, no uso de suas atribuições, e considerando:

- 1) O Ofício Cetesb n° 299/2019/IE, recebido em 08/10/2019, solicitou análise e manifestação do CBH-AT sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Plano Urbanístico Fazenda Itahyê, localizado nos municípios de Santana de Parnaíba e São Paulo;
- 2) A Deliberação CBH-AT n° 13, de 30.08.2013, atribuiu à Câmara Técnica de Planejamento e Articulação – CTPA a responsabilidade pela análise do assunto e proposição de minuta de manifestação do CBH-AT;
- 3) Deliberação CBH-AT n° 18, de 12.12.2014, onde em seu artigo 3º determina que as eventuais consultas ao CBH-AT, encaminhadas por órgãos de licenciamento ambiental, de empreendimentos localizados ou que impactem as áreas de atuação dos Subcomitês, deverão ser analisadas pela CTPA em conjunto com o(s) respectivo(s) Subcomitê(s);
- 4) A CTPA criou o Grupo de Trabalho Consultas Ambientais – GTCA para atender à demanda, o qual elaborou Parecer Técnico, que contextualiza e analisa o empreendimento, apresentando recomendações para a continuidade do empreendimento;
- 5) A apresentação técnica do EIA/RIMA por representantes do empreendedor, em reunião conjunta do GTCA e indicados dos Subcomitês Pinheiros Pirapora (SCBH-PP) e Juqueri Cantareira – SCBH-JC, realizada em 05.11.2019,
- 6) A reapresentação técnica do EIA/RIMA por representantes do empreendedor, em reunião conjunta da CTPA, com GTCA, SCBH-PP e SCBH-JC, realizada em 17.02.2020;
- 7) A reunião conjunta da CTPA, com GTCA e SCBH-JC, realizada em 04.03.2020, onde este o parecer técnico foi apresentado e aprovado.

Delibera:

Artigo 1º - Fica aprovado o documento anexo “Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA EIA/RIMA do empreendimento “Plano Urbanístico Fazenda Itahyê, localizado nos municípios de Santana de Parnaíba e São Paulo.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva encaminhará esta deliberação à CETESB.

Artigo 2º - Caberá ao Grupo de Trabalho Consultas Ambientais o acompanhamento do atendimento às recomendações constantes do Parecer mencionado no Artigo 1º, bem como o oferecimento de subsídios e esclarecimentos conforme a necessidade.

Artigo 3º - Esta deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.



Amauri Pollachi
Presidente em exercício



Luiz Fernando Carneseca
Secretário

Anexo à Deliberação CBH-AT nº 97, de 28 de julho de 2020

Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA do Plano Urbanístico Fazenda Itahyê localizado nos municípios de Santana de Parnaíba e São Paulo

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Cetesb encaminhou ao CBH-AT, em 03/10/2019, o Processo nº 186/2019/e-ambiente CETESB 055094/2019-98, solicitando análise e manifestação quanto ao EIA/RIMA para o Plano Urbanístico Fazenda Itahyê localizado nos municípios de Santana de Parnaíba e São Paulo, sob responsabilidade de Empreendimentos Imobiliários Itahyê Ltda;

1.2. O assunto foi atribuído à Câmara Técnica de Planejamento e Articulação – CT-PA, que por sua vez, o delegou ao Grupo de Trabalho Consultas Ambientais – GT-CA para análise em conjunto com os Subcomitês do CBH-AT, conforme dispõe a Deliberação CBH-AT nº 18, de 12/12/2014, com base nos seguintes documentos e procedimentos:

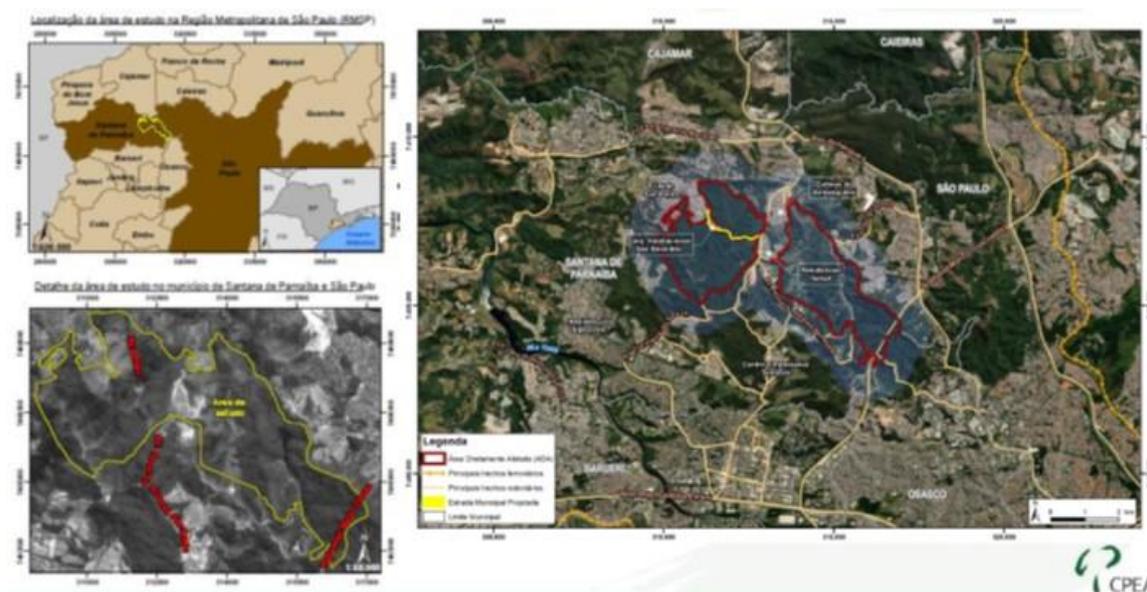
- i. Documentação Técnica EIA/RIMA;
- ii. Reunião conjunta do GT-CA e dos Subcomitês realizada em 05/11/2019, onde ocorreu apresentação realizada pelo empreendedor;

2. ANÁLISE

O empreendimento a ser licenciado é um projeto urbanístico projetado para uma área de 1.354 ha localizada 82,7 % em Santana de Parnaíba (a maior parte em ZUD - Zona de Uso Diversificado) e 17,3% em São Paulo (ZEPAM – Zona Especial de Proteção Ambiental). O projeto prevê implantação em 7 fases, ao longo de 38 anos e com ocupação plena prevista para 50 anos.

Quanto ao licenciamento ambiental, o projeto encontra-se em fase de análise de EIA/RIMA, RIMA: protocolado na CETESB em 23/07/19 visando a obtenção de Licença Prévia/LP.

O quadro a seguir demonstra a localização prevista para o empreendimento:



Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

O empreendimento foi elaborado com base nos conceitos relacionados a seguir:

- A partir dos Estudos Ambientais iniciados em 2013:
 - EPVA - Estudo Prévio de Viabilidade Ambiental onde foram definidas as diretrizes ambientais para o desenvolvimento do projeto.

- O projeto foi desenvolvido com a metodologia Charrette | Design do Novo Urbanismo e com participação de escritórios de urbanismo de renome internacional, com destaque para:
 - Adoção do conceito de núcleos urbanos compactos para o atendimento às principais necessidades dos moradores - morar, trabalhar, consumir, descansar e lazer, sem a necessidade de grandes deslocamentos;
 - Soluções de projeto para integração socioespacial com empreendimentos de diferentes perfis socioeconômicos

As principais diretrizes ambientais do empreendimento são:

- Preservação integral das APP's (nascentes, cursos d'água e declividade);
- Priorizar a preservação das florestas nativas em ZEPAM | Zona Especial de Proteção Ambiental do Plano Diretor do município de São Paulo;
- Manutenção da conexão direta com a Reserva Biológica de Tamboré de modo a garantir a formação de corredores para suporte da vida silvestre;
- Realização de estudos de conectividade e adoção de medidas para a manutenção das funções de corredor ecológico entre os fragmentos de vegetação nativa;
- Priorizar a compensação florestal no interior da propriedade.

Os quadros a seguir mostram as suas principais características:

PROJETO FINAL (16ª VERSÃO – 2019)

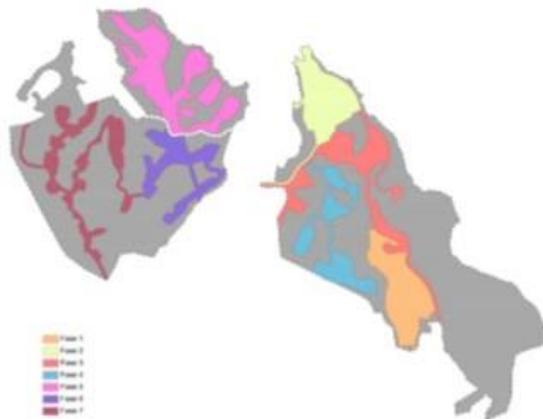


Figura 4.1.12-1 Fases de Implantação da Alternativa 2.
Fonte: Área Utilizada

- Área de lotes: 2.177.754 m² (1.866 lotes)
- Área verde: 1.172.690 m²
- Florestas preservadas e áreas recuperadas: 8.807.603m²
- Etapas: 7

Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

ZONEAMENTO INCIDENTE NA PROPRIEDADE

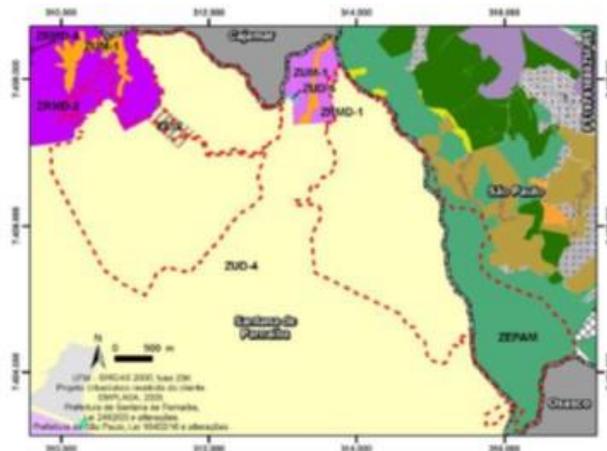


Tabela 2.13-1: Zoneamento incidente na propriedade

Município	Zoneamento Incidente	Área	
		(ha)	%
Santana de Parnaíba	Zona de Uso Diversificado 4 (ZUD-4)	1.091	80,6
	Zona Residencial de Média Densidade 2 (ZRM-2)	21	1,6
	Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS-1)	7	0,5
	Zona Residencial de Média Densidade 1 (ZRM-1)	1	0,1
Total Santana de Parnaíba		1.120	82,7
São João do Rio Preto	Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM)	234	17,3
Total Propriedade		1.354	100,0

Fonte: Elaboração CPEA

Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

O quadro a seguir apresenta a distribuição prevista de áreas do empreendimento:

Item	Especificação	Unid.	Área (m ²)	%	%
1.	Área de Lotes	1.866	2.177.753,91	47,36%	
1.1	Lotes Residenciais Unifamiliares Tipo 1	601	279.503,94	6,08%	
1.2	Lotes Residenciais Unifamiliares Tipo 2	567	154.394,42	3,36%	
1.3	Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	566	1.243.845,54	27,05%	
1.4	Lotes Empresariais	120	409.306,20	8,90%	
1.5	Lotes Comerciais	9	23.758,49	0,52%	
1.6	Lote do Proprietário 01	1	41.600,33	0,90%	
1.7	Lote do Proprietário 02	1	11.183,24	0,24%	
1.8	Lote do Proprietário 03	1	14.161,75	0,31%	
2.	Áreas Públicas		2.297.705,60	49,97%	
2.1	Sistema Viário		947.945,46	20,61%	
2.2	Áreas Institucionais		161.277,34	3,51%	
2.3	Áreas Verdes		1.172.690,38	25,50%	
2.3.1	APPs		150.703,58	3,28%	
2.3.2	Fora de APPs		1.021.986,80	22,22%	
2.4	Áreas de Lazer Permeáveis		10.159,73	0,22%	
2.5	Corpos d'água		5.632,69	0,12%	
3.	Outros		123.051,46	2,68%	
3.1	Faixas de Domínio do Oleoduto		48.542,14	1,06%	
3.2	Faixas <i>Non Aedificandi</i> do Oleoduto		74.509,32	1,62%	
4.	Área Total Loteada		4.598.510,97	100,00%	33,95%
5.	Área Remanescente		8.897.603,06		65,70%
6.	Área Desmembrada		47.717,36		0,35%
7.	Área Total da Gleba		13.543.831,39		100,00%

Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

O plano urbanístico desse projeto prevê uma intensa integração com as áreas verdes existentes na região, conforme apresentado na figura a seguir:

PLANO URBANÍSTICO DA FAZENDA ITAHYÊ



Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

Os principais aspectos positivos desse empreendimento, levantados no EIA/RIMA foram os seguintes:

- Presença de núcleos urbanos compactos, onde se é possível morar, trabalhar, consumir, descansar e divertir-se, atendendo as principais necessidades dos moradores e usuários do local, sem a necessidade de grandes deslocamentos no dia a dia;
- Compensação ambiental prevista de 900 ha;
- Proteção de 38 km de cursos d'água, 69 nascentes e 6 corpos d'água dentro do empreendimento;
- 100 % da população com acesso ao sistema de abastecimento de água e tratamento de esgotos.

O diagnóstico ambiental do empreendimento contemplou os seguintes estudos:

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL – ESTUDOS REALIZADOS

Meio Físico	Meio Biótico	Meio Socioeconômico
<ul style="list-style-type: none"> • Clima e condições meteorológicas • Ruídos e vibrações • Geologia, geomorfologia, pedologia, geotecnia e hidrogeologia • Espeleologia • Recursos hídricos superficiais • Qualidade das águas superficiais • Passivos ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> • Flora; • Fauna (Terrestre e Aquática); • Unidades de Conservação (UC), outras áreas legalmente protegidas e as Áreas Especiais existentes no entorno do empreendimento 	<ul style="list-style-type: none"> • População e condições de vida e renda; • Equipamentos e serviços públicos; • Saneamento; • Infraestrutura viária; • Dinâmica econômica; • Uso e ocupação do solo; • Organização social; • Patrimônio cultural

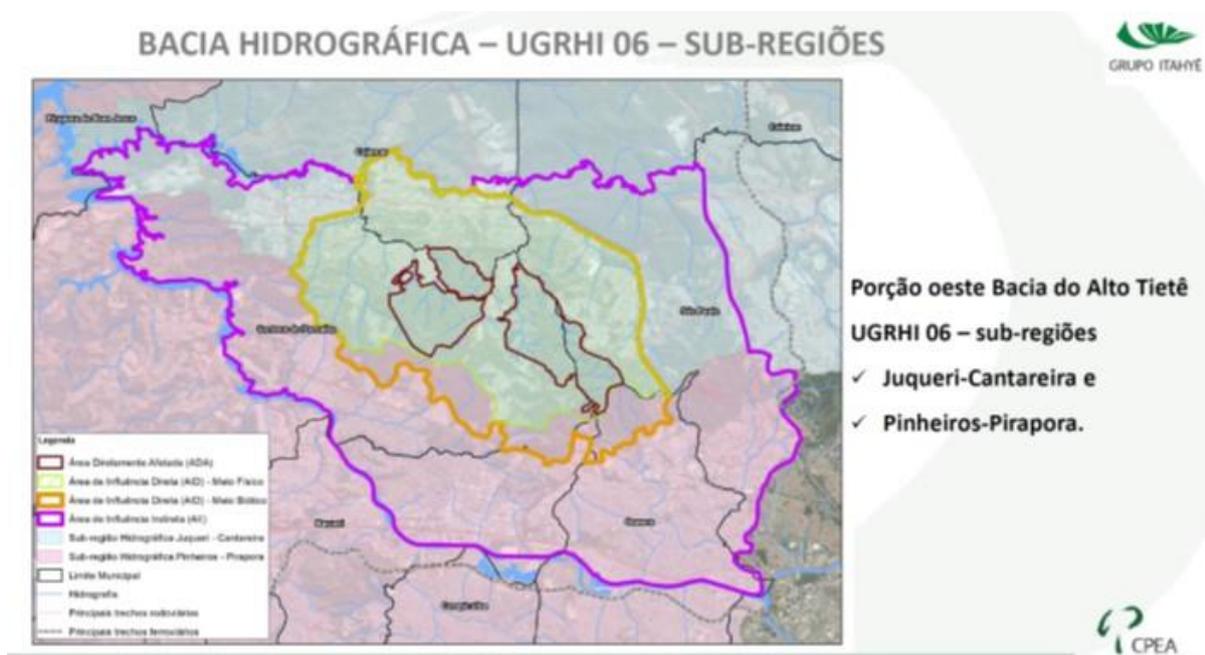
Os estudos e levantamentos realizados para o diagnóstico dos meios físico, biótico e socioeconômico seguiram o Parecer Técnico 178/15/IE emitido pela CETESB em 24/02/2015

Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

As figuras a seguir apresentam as áreas de influência do empreendimento e as sub-regiões hidrográficas:



Fonte: EIA / RIMA do empreendimento



Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

Em relação aos recursos hídricos, os aspectos relevantes levantados durante o EIA/RIMA estão sumarizados a seguir:

QUALIDADE DAS ÁGUAS

Caracterizam o cenário prévio ao início das atividades do empreendimento na área de estudo:

- Parâmetros em concentrações superiores às condições e padrões de qualidade (CONAMA 357/05): carga orgânica presente nos corpos hídricos da área de estudo (processos naturais ou atividades antrópicas);
- Oxigênio dissolvido em baixas concentrações na água (alguns pontos);
- Presença de coliformes termotolerantes (E. Coli): carga orgânica de origem fecal;
- Índice de atendimento de coleta de esgoto sanitário em Santana de Parnaíba aproximadamente 30% (Fonte: Sistema Nacional de Informações de Saneamento, 2016).

CORREDORES ECOLÓGICOS

Conforme apresentado nos diagnósticos de flora, fauna terrestre e biota aquática do Estudo de Impacto Ambiental (EIA – item 9.2) a área da Fazenda Itahyê, atualmente, encontra-se coberta por vegetação predominantemente nativa e bem conservada, com uma elevada diversidade de espécies de todos os grupos. Por essa razão foram considerados significativos os impactos previstos com a implantação do empreendimento.

Por outro lado, a implantação ocorrerá em fases, ao longo de 38 anos, o que minimiza os efeitos da perda de cobertura vegetal sobre as comunidades de flora e fauna, permitindo um afugentamento e repovoamento gradual de áreas adjacentes. Além disso, a averbação de áreas verdes e compensação florestal devidas deverão ser implantadas para cada fase, garantindo a preservação e/ou restauração de áreas gradualmente.

O Programa de Manutenção e Incremento de Conectividade foi proposto no EIA com o objetivo de promover a conectividade entre os fragmentos florestais nativos remanescentes na área, através da análise integrada de dados gerados pelos outros programas. As atividades relacionadas a esse Programa foram descritas no EIA de maneira expedita, sendo que o mesmo deverá ser detalhado na fase de solicitação de LI. Paralelamente, o Programa de Compensação Florestal, será necessário para preservar, potencializar e/ou criar áreas que funcionam como corredores ecológicos.

GESTÃO DE ÁREAS VERDES

O Plano Urbanístico da Fazenda Itahyê foi seguido dos levantamentos e estudos previstos no plano de trabalho do EIA, que foi concluído e teve o seu relatório protocolado na CETESB em julho de 2019.

O total de florestas preservadas e áreas recuperadas no projeto urbanístico final ficou em torno de 8.8 MM m² e, agora, os empreendedores estão montando um Grupo de Trabalho – que irá iniciar suas ações em março de 2020, para avaliar as melhores formas de endereçar as oportunidades, riscos e os desafios de preservação de uma área tão grande, procurando entender em profundidade

- ✓ Os benefícios gerados aos moradores e visitantes – tais como opções de lazer e instrução, à saúde em geral, com ar mais limpo, paisagens agradáveis, caminhadas, corridas, educação ambiental, etc;
- ✓ A oportunidade de conservação da natureza – biodiversidade, espécies de fauna e flora, processos ecológicos, dentro de uma das maiores metrópoles da América Latina;
- ✓ A percepção dos moradores da região, tanto sobre os benefícios e riscos dessas reservas, como também em termos de expectativas do que fazer para a conservação dessa vegetação nativa;
- ✓ As potenciais sinergias fruto da união de esforços com outros proprietários de matas da região, especificamente entre os gestores da Reserva Biológica Tamboré e os da Fazenda Itahyê;
- ✓ As principais ameaças e riscos existentes;
- ✓ As estimativas de recursos necessários para a vigilância e manutenção dessas florestas;
- ✓ As oportunidades de geração de receitas via os meios mais variados (e permitidos pela legislação), como p.ex., ecoturismo, educação ambiental, manejo sustentável de recursos naturais renováveis, patrocínio de empresas e moradores da região (que concentra uma das rendas per capita mais elevadas do país), etc;
- ✓ Estratégias para a melhor interação entre a sociedade local, as reservas e a natureza como um todo, dentro do contexto de urbanização da região, da Fazenda Itahyê e do seu entorno;
- ✓ Estratégias de levantamento de recursos para proteção e gestão das matas de Itahyê.

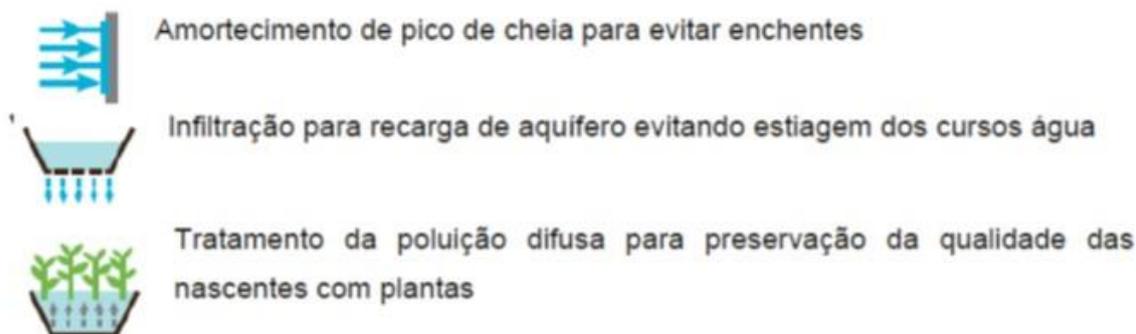
GESTÃO DA ÁGUA DE CHUVA

- Manutenção do ciclo hidrológico original, mesmo após a ocupação urbana.
- Escoamento das águas pluviais superficialmente, próximo ao local de origem, passando por jardins.

DRENAGEM SUPERFICIAL

O conceito de drenagem do empreendimento está apresentado nas figuras a seguir:

Como o objetivo é a conservação do ciclo hidrológico, foram escolhidos os elementos apresentados a seguir:



Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

Escala	Técnicas	Objetivo
Escala do lote	Telhado verde	Amortecimento Tratamento
	Aproveitamento da água de chuva	Consumo racional
	Estacionamento filtrantes	Infiltração
	Jardim de chuva	Infiltração Amortecimento Tratamento
Escala do viário	Valas de infiltração	Infiltração Amortecimento
	Canal de drenagem aberta	Amortecimento Tratamento
	Jardim de chuva nas esquinas	Infiltração Amortecimento Tratamento
Cursos d'água	Bacias de amortecimento	Amortecimento

Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

ÁGUAS E ESGOTOS

Em relação ao abastecimento de água, todo o recurso será fornecido pela SABESP que declarou viabilidade de atendimento através de interligação de futura adutora (CARTA DE DIRETRIZ PROCESSO MOE – 077/16, CARTA MOED 113/18).

Para o tratamento de esgotos, a SABESP também declarou viabilidade de atendimento através das cartas acima referenciadas, devendo ser utilizadas as seguintes estações:

- As Fases de 01 a 04 serão atendidas na futura ETE Polvilho;
- As Fases de 05 a 07 serão atendidas pela futura ETE Fazendinha.

O consumo de água e geração de esgoto previstos por fase do projeto estão apresentados nos quadros a seguir:

Quadro 6.2 – Demandas de abastecimento

Usos	População/ Usuários	Consumo per capita (L/hab.dia)	Demanda de abastecimento	
			(L/dia)	(L/s)
FASE 01				
Lotes Residenciais Tipo 1	2.104	200	420.700	4,87
Lotes Comerciais	40	50	2.000	0,02
Total - Fase 01	2.144		422.700	4,89
FASE 02				
Lotes Residenciais Tipo 2	1.985	200	396.900	4,59
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	5.136	180	924.462	10,70
Lotes comerciais	140	50	7.000	0,08
Total - Fase 02	7.260		1.328.362	15,37
FASE 03				
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	18.598	180	3.347.280	38,74
Lotes Comerciais	402	50	20.100	0,23
Total - Fase 03	18.998		3.367.380	38,97
FASE 04				
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	15.539	180	2.797.043	32,37
Total - Fase 04	15.539		2.797.043	32,37
FASE 05				
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	5.222	180	939.992	10,88
Lotes Empresariais	10.913	50	545.650	6,32
Lotes Comerciais	134	50	6.700	0,08
Total - Fase 05	16.269		1.492.342	17,27
FASE 06				
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	13.091	180	2.356.342	27,27
Total - Fase 06	13.091		2.356.342	27,27
FASE 07				
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	21.326	180	3.838.732	44,43
Total - Fase 07	21.326		3.838.732	44,43
TOTAL	94.627		15.602.900	180,59

Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

Quadro 6.3 - Vazões de abastecimento (L/s)

Usos	Vazões de Abastecimento (L/s)		
	Média	Máxima Diária	Máxima Horária
FASE 01			
Lotes Residenciais Tipo 1	4,87	5,84	8,76
Lotes Comerciais	0,02	0,03	0,04
Total - Fase 01	4,89	5,87	8,81
FASE 02			
Lotes Residenciais Tipo 2	4,59	5,51	8,27
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	10,70	12,84	19,26
Lotes comerciais	0,08	0,10	0,15
Total - Fase 02	15,37	18,45	27,67
FASE 03			
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	38,74	46,49	69,74
Lotes Comerciais	0,23	0,28	0,42
Total - Fase 03	38,97	46,77	70,15
FASE 04			
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	32,37	38,85	58,27
Total - Fase 04	32,37	38,85	58,27
FASE 05			
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	10,88	13,06	19,58
Lotes Empresariais	6,32	7,58	11,37
Lotes Comerciais	0,08	0,09	0,14
Total - Fase 05	17,27	20,73	31,09
FASE 06			
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	27,27	32,73	49,09
Total - Fase 06	27,27	32,73	49,09
FASE 07			
Lotes Residenciais Multifamiliar Vertical	44,43	53,32	79,97
Total - Fase 07	44,43	53,32	79,97
TOTAL	181	217	325

Fonte: EIA / RIMA do empreendimento

PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS

Em relação aos impactos previstos nos recursos hídrico, o EIA/RIMA identificou os seguintes pontos principais:

- Alteração do escoamento superficial;
- Indução ou intensificação de processos erosivos;
- Assoreamento de cursos d'água;
- Diminuição da disponibilidade hídrica subterrânea;
- Alterações na qualidade das águas superficiais;

Os programas e ações previstos para a mitigação desses impactos são:

- Sistema de drenagem com estruturas de dissipação, detenção e infiltração das águas pluviais (canaletas verdes, jardins de chuva);
- Programa de Controle Ambiental das Obras;
- Subprograma de Prevenção e Controle de Processos de Dinâmica Superficial;
- Subprograma de Recomposição das Áreas Afetadas;
- Manutenção de áreas verdes (recobrimento de solo exposto);
- Programa de Monitoramento da Biota Aquática;
- Programa de Educação e Conscientização Ambiental dos Trabalhadores, Funcionários e Moradores.

3. RECOMENDAÇÕES

Considerando os pontos destacados neste Parecer e o EIA/RIMA do empreendimento em questão, o Grupo de Trabalho Consultas Ambientais, a Câmara Técnica de Planejamento e Articulação e os Subcomitês, apresentam as seguintes **recomendações para o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental do empreendimento:**

3.1 Que sejam apresentados à CETESB quando da solicitação da Licença de Instalação, os seguintes documentos:

3.1.1 O detalhamento dos planos e programas ambientais relacionados no EIA/RIMA;

3.1.2 O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais na região sob sua influência;

3.1.3 O Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil para o período de obras, com ênfase para a proteção dos corpos d'água;

3.2 Que as compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas às unidades de conservação ou áreas que demandam restauração ecológica, preferencialmente situadas nas sub-regiões Pinheiros-Pirapora e Juqueri-Cantareira;

3.3 Visto que o uso racional da água, mediante eficiente programa de gestão da demanda, deve ser atividade permanente promovida pelos colegiados do Sistema Integrado de

Gerenciamento de Recursos Hídricos, principalmente após a recente crise hídrica na Bacia do Alto Tietê, e à luz da Deliberação CBH-AT nº 17/2014, e das Normas ABNT NBR 15.527/2019, NBR 16.782/2019 e NBR 16.783/2019 e as que vierem ser substituídas ou complementadas; sugerimos que o empreendimento seja dotado, considerando a viabilidade técnica e econômica, de instalações, equipamentos e procedimentos adequados ao uso racional da água, ao reuso de água e ao aproveitamento das águas de chuvas para usos não potáveis, reduzindo-se a demanda sobre o sistema de abastecimento;

3.4 Que sejam utilizados, à medida do possível, pavimentos permeáveis nas áreas de circulação de veículos e de pedestres;

3.5 Que durante a implantação seja adotado e praticado um Plano de Prevenção e Controle dos Processos Erosivos e transporte dos sedimentos resultantes desses processos;

3.6 Que sejam adotadas medidas compensatórias em drenagem urbana na área do empreendimento para compensar o escoamento superficial resultante da impermeabilização, de modo a não ampliar escoamento de águas superficiais para as bacias à jusante do empreendimento, em todas as suas etapas;

3.7 Ressalta-se que a emissão das Licenças de Operação de cada etapa seja concedida somente após a comprovação do início de operação das estações de tratamento de esgoto que atenderão o empreendimento.

3.8 Que seja desenvolvido estudo hidrogeológico na área do empreendimento e seu entorno imediato para avaliar possíveis impactos nas nascentes e descarga de base dos cursos d'água ali existentes, assim como das futuras interações entre o uso e ocupação do solo e as águas subterrâneas e estabelecimento de medidas preventivas e mitigadoras dos eventuais impactos previstos;

3.9 Que o CBH-AT seja convidado a participar do grupo de trabalho responsável por discutir destinação das áreas remanescentes como áreas de preservação permanente ou conservação, com a sugestão de que seja garantido o máximo de conservação ambiental.